

O Palácio da Quinta das Águias na Junqueira – Histórias e memórias

The Quinta das Águias Palace in Junqueira – Stories and memories

Ana Cláudia Pérez Coelho*
submissão/submission: 29/01/2016
aceitação/approval: 08/04/2016

RESUMO

No século XVIII, a Junqueira, próxima ao Rio Tejo, era uma zona cobiçada pela aristocracia de Lisboa que procurava quintas de recreio para passar o verão. Os aforamentos de terrenos nessa área permitiram que os seus abastados moradores construíssem casas nobres ao estilo barroco. Nesse contexto, ergueu-se o Palácio da Quinta das Águias, uma relevante edificação que representa um grande valor arquitetónico, artístico e histórico, classificado como imóvel de interesse público. O presente artigo tem como objetivo revelar as histórias, vivências e memórias dessa casa secular situada no coração de Lisboa, bem como dos moradores que a habitaram, constituindo, ao mesmo tempo, uma via para a preservação e reabilitação do património cultural e histórico da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Palácio / Arquitetura setecentista / Aristocracia / Junqueira / Quinta de recreio

* Ana Cláudia Pérez Coelho é licenciada em Humanidades – Estudos Portugueses e Alemães (Universidade Aberta de Lisboa). É professora de língua e cultura em Espanha. Ministrou, através de um Programa Interuniversitário Europeu, oficinas de língua, literatura e cultura portuguesa no Departamento de Estudos Portugueses da Uniwersytet Marie-Curie Skłodowskiej, na Polónia. Em 2013, escreveu o artigo “As duas beiras do Rio Minho” para o livro norteamericano *Ao redor do Mundo - Leituras em Português*, vol. II.

Correio eletrónico: claudiacoelhoga@gmail.com

ABSTRACT

In the eighteenth century, Junqueira, near the Tagus river, was a place desired by Lisbon's aristocracy who was searching for suburban *villas* to spend the Summer. The outcrops allowed the wealthy residents to build noble houses in baroque style. The Quinta das Águias palace was built in this context. It was an important building, with great architectural, artistic and historical value, classified as a cultural heritage building. This article aims to reveal stories, experiences and memories of this century-old house in the heart of Lisbon, as well as its inhabitants and, at the same time, to contribute to the preservation and the rehabilitation of Lisbon's cultural and historic heritage.

KEYWORDS

Palace / Eighteenth century architecture / Aristocracy / Junqueira / Suburban villas



1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa merece destaque por ser proscénio de um importante património arquitetónico e cultural face ao mundo. Deste vasto património, distinguem-se, na arquitetura civil lisboeta, casas de cunho nobre, quer representando o reflexo da situação económica e social duma determinada época e lugar quer dependendo de uma necessidade individual ou tendência de um grupo social. As casas lisboetas constituem elementos referenciais dotados de valores que vão mais além da finalidade, *per se*, de uma habitação - resguardar-se e viver - demonstram como foi a evolução citadina ao longo dos tempos e como se funda a “relação espaço-vivência”¹. O universo arquitetónico dessas casas não se encontra solitário, adentra-se em outros campos, mesclando-se, criando contextos, contando-nos histórias e experiências, definindo e revelando-nos períodos, gostos e costumes de quem as habitou.

Entre as diferentes condicionantes, sem dúvida, o facto de a corte ter fixado residência em Lisboa no início do século XVI contribuiu, em grande medida, para a arquitetura da urbe lisiponense. Por conseguinte, a concentração da elite na capital incitou sobremaneira a construção palaciana. As palavras do viajante suíço César-François de

¹ CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. – *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/_as_quintas_de_recreio_4605244.html.

Saussure², em 1730, corroboram a sua impressão sobre a cidade, afirmando que “Lisboa possui grande número de magníficos palácios que pertencem a fidalgos ou grandes de Portugal. (...) A arquitectura de grande número destes palácios é do melhor gosto”³. Os arredores de Lisboa, tal como a cidade, eram tomados pelo impulso construtivo de casas nobres providas de amplitude, boa qualidade e conforto, proporcionais às condições socioeconómicas dos seus proprietários. Muitas dessas construções eram usadas como residência habitual ou serviam como destino de lazer e descanso próximo ao rio e também à corte, acompanhando “consoante a época de construção e os eixos de crescimento a que a cidade esteve sujeita por condicionalismos particulares”⁴. Com efeito, essas casas transformaram-se em ícones arquitetónicos de Lisboa, dignos de uma análise particular unindo história e arquitetura.

Baseado nesta conjuntura, insere-se o Palácio da Quinta das Águias, construído no primeiro quartel do século XVIII, na exclusiva zona da Junqueira, outrora reduto da aristocracia em Lisboa. Esta construção ganhou notoriedade, não só pelo seu conjunto arquitetónico, mas também pelos seus ilustres proprietários: um licenciado, um primeiro-ministro, um visconde e um professor. Por esta razão, foram-lhe atribuídas tantas denominações: “Quinta de Diogo de Mendonça”, “Quinta do Visconde da Junqueira”, “Quinta das Águias” ou “Quinta do Professor Lopo de Carvalho”.

A concretização deste artigo implica revelar as histórias pertencentes ao Palácio da Quinta das Águias desde a sua construção até aos dias de hoje, constituindo uma via para a proteção e recuperação do património histórico e cultural de Lisboa. Todo o conhecimento reunido para a consecução deste artigo foi obtido a partir de estudos desenvolvidos anteriormente cujo enfoque incidiu sobre a revitalização e transformação do imóvel, além de pesquisas bibliográficas, cibernéticas, iconográficas, radiofónicas e de entrevistas realizadas àqueles que conhecem o íntimo do lugar dando-nos a sua impressão e testemunho.

Este estudo representa um intento de mostrar o palácio da Quinta das Águias, um símbolo da arquitetura setecentista, como uma morada impregnada de memórias, de vivências e de histórias entremeadas, que se tornou imóvel de interesse público em 1996⁵, graças ao seu relevante interesse arquitetónico e por ser considerado um bem imóvel incluído numa zona especial de proteção denotando, portanto, um valor cultural e histórico, embora hoje esteja fechado à mercê da degradação e da incerteza sobre o seu futuro.

² César-François de Saussure (1705-1783), viajante suíço, que, em 1730, durante o reinado de D. João V, permaneceu um mês em Lisboa, compilando informações e as suas experiências sobre a cidade, a sociedade e a cultura lisboeta da época no livro intitulado *Voyage de Monsieur César de Saussure en Portugal: lettres de Lisbonne*. Milan: Typographie Nationale de V. Ramperti, 1909.

³ SAUSSURE, César *apud* MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999. p. 42.

⁴ FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 102. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

⁵ DECRETO n.º 2/96. *Diário da República*. I.ª série-B N.º 56 (96-03-06), p. 448-457.

2. LOCALIZAÇÃO DO PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS – O LUGAR

2.1. A Junqueira: fatores para o seu crescimento económico, social e urbanístico

“A Junqueira cresceu em sedução, lavada pelas brisas tonificantes do Tejo”⁶. Desta forma se referiu Norberto Araújo à Junqueira no seu livro *Peregrinações em Lisboa*, uma apreciação acerca do desenvolvimento, sobretudo urbanístico ocorrido nessa zona, fomentado, indubitavelmente, pela sua situação geográfica.

A casa desempenha um papel centralizador em qualquer vida humana, embora se saiba que “a essência do sítio e as diversas relações são fundamentais para garantir o fluir e o habitar do Homem”⁷. Na Antiga Grécia, Hipócrates já tinha observado que um lugar adequado para habitar trazia benefícios para a saúde. Mais tarde, arquitetos romanos, como Marco Vitrúvio, reconheciam a importância de um bom lugar para se construir. A eleição do sítio depende da combinação de vários fatores influentes para a sua consolidação e o seu desenvolvimento. A Junqueira, em Lisboa, não foi um caso distinto, perpetuando-se como um dos sítios prediletos para alçar casas.

No século XVIII, era uma área valorizada da cidade a qual reunia todos os elementos idóneos para a construção de uma quinta de recreio: água, luz, vegetação e privilegiadas vistas, constituindo o *locus amoenus* preferido pela classe aristocrática de Lisboa. Esta área compreendia uma faixa de terra linear de aproximadamente dois mil metros de extensão situando-se “paralela ao eixo definido pela margem norte do Rio Tejo e com uma orientação este”⁸.

Relativamente à toponímia do lugar, data-se do século XIII, durante o reinado de D. Dinis. O escritor e jornalista português Norberto Araújo, ao descrevê-la, explica que:

o sítio da Junqueira arrasta consigo esta designação – aliás bem simpática, quasi poética – desde os séculos velhos, não sendo inverosímil tomar “Junqueira” por “Juncal”, que é o que tudo isto seria, em sua orla húmida, sem trânsito à beira do rio que não fosse o de praia.⁹

No século XIV, D. Dinis legou esta zona “com outros terrenos do seu grande reguengo de Algés - e para remimento dos seus pecados -”¹⁰ à religiosa D. Urraca Paes¹¹. Entre os séculos XIV e XV, estabeleceram-se, próximo da ribeira da Junqueira, pedreiras de calcário, hortas, pomares e vinhagos, devido à abundância de água.

⁶ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 50.

⁷ SOUSA, Ana Cláudia Encarnação de – *As quintas de recreio do século XVI em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2015. p. 51. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

⁸ VALE, Teresa; GOMES, Carlos - Palácio da Quinta das Águias, Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Professor Lopo de Carvalho, Quinta dos Corte-Real [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 25.10.2015]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072.

⁹ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 49.

¹⁰ *Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias. Vol. 5 (1923), p. 386.

¹¹ Terceira abadessa do Mosteiro de Odivelas, pertencente à Ordem de Cister.

A Junqueira começou a despertar o interesse de todos pela sua fartura de água, um elemento caro e cobiçado em Lisboa. Assim, com o objetivo de combater a epidemia de peste negra que acometia os cidadãos, o rei D. Manuel ordenou a construção de um hospital na Junqueira¹², determinando que “o lugar mais apropriado para o edifício seria a horta de D. Jerónimo de Eça, junto à Ponte de Alcântara, por lá haver bastante água e campo para enterramentos”¹³.

A presença da realeza na Junqueira fazia-se constante, em virtude de ser um eixo “que ligava a residência real, centro do poder político, ao Terreiro do Paço, centro do poder económico”¹⁴. Além disso, o facto de ser um ponto de desembarque do rei quando chegava de suas viagens, muito terá contribuído para o desenvolvimento económico, social e urbanístico do lugar. Precisamente, foi na Junqueira, em 1666, que desembarcou pela primeira vez D. Maria Francisca Isabel de Saboia¹⁵. A esquadra francesa que trazia a noiva para o seu casamento receava que os espanhóis fizessem a futura rainha prisioneira, por esse motivo, resolveram seguir para o Rio Tejo.

O “aspeto de Éden” no arrabalde lisboeta juntava-se à agitação dos embarques e desembarques sendo um “ponto de passagem obrigatória de todas as armadas que, nessa época, partiam de Lisboa para o Ultramar ou a esta capital regressavam dos longínquos pontos de África, da Índia ou do Brasil”¹⁶, despoletando, conseqüentemente, o progresso da área e chamando, desse modo, a atenção dos nobres para ali sediar os seus palácios particulares.

2.2. Os aforamentos de terrenos: a origem da aristocrática Junqueira

O nascimento da aristocrática Junqueira deve-se a um dote, a Quinta das Caldas, que foi levado por D. Joana Albuquerque quando se casou com o fidalgo castelhano, Aires de Saldanha. Esta quinta estendia-se “do início da Junqueira até Belém e se prolongava das praias do Tejo até ao pátio do Saldanha, a meio da Calçada da Boa Hora”¹⁷. Em março de 1600, Aires de Saldanha e a sua mulher instituíram um vínculo¹⁸, que foi administrado pela família Saldanha durante cem anos e que compreendia toda a Quinta das Caldas.

¹² Carta régia assinada por D. Manuel a 23 de julho de 1520 para a construção de um hospital renascentista que atendesse à população citadina vítima de doenças infectocontagiosas. Vide OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1885. vol. x, p. 452.

¹³ ESTEBAN, José – Lisboa manuelina. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XX N.º 82 (3.º trim. 1959), p. 10. [Consult. 23.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N82/N82_master/N82.pdf.

¹⁴ FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 102. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

¹⁵ Acerca deste tema vide GUIMARÃES, José Ribeiro - *Summario de varia historia: narrativas, lendas, biografias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, políticos e religiosos de outras eras*. Lisboa: Rolland & Semiond, 1873. vol. III, p. 68.

¹⁶ IRIA, Alberto - *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950*. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 17.

¹⁷ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (a).

¹⁸ Acerca deste tema vide *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal, 1935. [Consult. 27.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/Anais/N16/N16_master/N16.pdf.

Contudo, o desenvolvimento económico, social e urbanístico da Junqueira inicia-se imparavelmente com um alvará que João de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha¹⁹ obteve do rei D. Pedro II, em 1701, autorizando-lhe o aforamento de terrenos na zona, iniciando um processo de urbanização que atraía sobremaneira as famílias abonadas.

Os aforamentos na Junqueira transformaram-na numa movimentada “via aristocrática”²⁰ e burguesa, povoada de numerosos palácios e quintas de recreio com encanto e soberbia, ilustrados pelas suas histórias, acontecimentos importantes e tradições, indissociáveis do lugar e, naturalmente, de Lisboa.

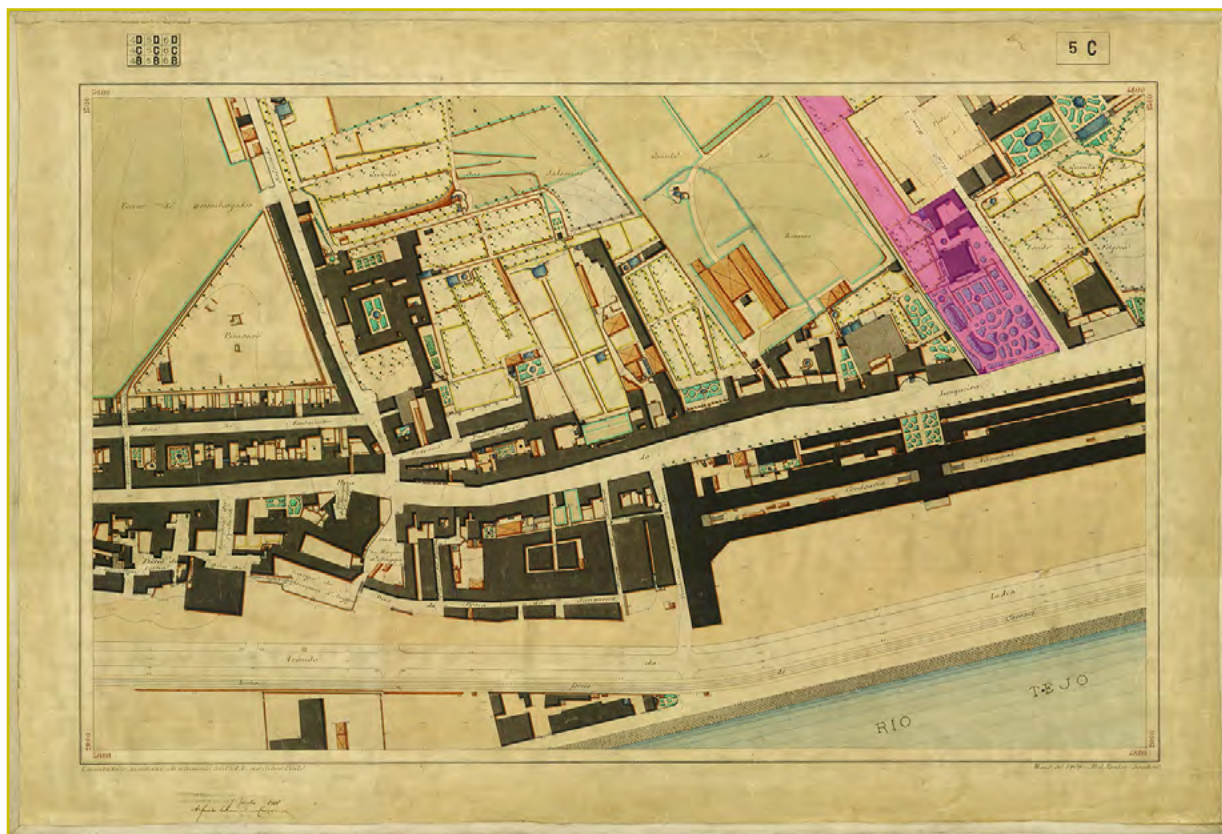


Figura 1 PINTO, Júlio António Vieira da Silva - *[Planta Topográfica de Lisboa]: 5C*. Com a marcação em violeta do terreno pertencente ao Palácio da Quinta das Águas, situado entre a Calçada da Boa Hora e a Rua da Junqueira, Lisboa. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/009.

¹⁹ João de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha foi presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa entre 1708-1710, assim como morgado da Junqueira no século XVIII. Ao ver-se impossibilitado de custear as despesas de ampliação do seu solar nessa zona, resolveu vender alguns dos terrenos aforados, permanecendo com outros a fim de construir, nesse espaço, casas nobres para arrendamentos. Acerca deste tema, vide IRIA, Alberto - *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950*. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 19.

²⁰ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 70 (abr. 1955), p. 55.

3. O PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS

3.1. A hospitalidade de um palácio e o seu nascimento

“BENVINDO SEJA QUEM VIER POR BEM”

A expressão existente no pequeno painel de azulejo azul sobre fundo branco recortado, ao lado do portão principal, a nascente, situado na calçada da Boa Hora, revela o aspeto hospitaleiro dos moradores do palácio da Quinta das Águias. Embora esta não constitua a única via de acesso à vivenda, será, com efeito, a mais representativa do ponto de vista social pressupondo, através da frase inscrita, as relações e os comportamentos inerentes dos seus residentes ao longo dos anos.

Os pavilhões esquinais, o gradeamento frontal e o amplo portão em ferro forjado português, instituem uma insígnia que faz recordar o seu valimento e grandeza, designando-se “Quinta das Águias por causa de duas enormes aves d’esta espécie, feitas de mármore e que rematam as columnas que fecham a entrada principal”²¹ localizada na Rua da Junqueira, número 138, em frente à Cordoaria Nacional.



Figura 2

PORTUGAL, Eduardo - *Quinta das Águias - Palácio das Águias*. Vista do Gradeamento, Portão e Pavilhões. AML, PT/AMLSB/POR/059645.

²¹ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario... de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873. p. 40.

O palácio da Quinta das Águias como habitação manifesta o desejo de novas formas sociais e o entrosamento com um entorno exornado de esplendor apresentando todas as características que se idealizam como casa nobre: beleza, opulência, amplitude, segurança, localização e moradores pertencentes à aristocracia ou à alta sociedade lisboeta.

A história desse espaço inicia-se com Manuel Lopes Bicudo, um licenciado do Supremo Tribunal do Reino, que adquire, em 1713, um dos terrenos de João Saldanha na Junqueira com o objetivo de construir uma quinta em chão e viver com a sua mulher. A edificação, *in illo tempore*, possuía um “aspecto menos grandioso”²², muito mais simplista do que se conhece atualmente. O casal desfrutá-lo-ia como próprio enquanto vida tivessem, logo seria herdado pelas quatro filhas religiosas e quando estas falecessem, o terreno voltaria a ser incluído no vínculo.

3.2. A fase opulenta e a consolidação do palácio setecentista na Junqueira

Anos mais tarde, em 1731, interessa-se pela quinta Diogo de Mendonça Côrte-Real²³, que obtém por “aforamento perpétuo o domínio útil”²⁴ da quinta pela qual pagaria anualmente a quantia de quarenta mil réis. Como condição, não teria poder para vender, doar, trocar ou efetuar nenhuma operação com o imóvel sem o consentimento e a permissão do detentor do vínculo.

Diogo de Mendonça torna-se o segundo proprietário do lugar e, provavelmente, o mais íncrito, modificando, por um lado, as construções existentes, e, por outro lado, fundando e ratificando o vocábulo “Palácio” que foi atribuído à propriedade. Na execução dessa obra, julga-se que terá participado o arquiteto Carlos Mardel²⁵, com quem Diogo de Mendonça tinha uma relação muito próxima e cujo gosto e delicadeza artística ali representados se assemelham a outras construções que o afamaram, como a casa nobre de Lázaro Leitão, também na Junqueira, e a fachada da casa do marquês de Pombal, em Oeiras.

Em 1751, nomeado secretário de Estado da Marinha e dos Negócios do Ultramar, Diogo de Mendonça Côrte-Real adquire outro pedaço de terra, mas fica impedido de construir um sobrado, visto que retiraria ao palácio dos Conde da Ega, situado em frente, na calçada da Boa Hora, as vistas à entrada do porto da Junqueira. A esse terreno Diogo de Mendonça chamou “Quinta das Rosas”. A propriedade passava a ter então mais de quinze mil metros quadrados, sendo conhecida como “a bela casa de Diogo de Mendonça Côrte-Real”²⁶.

²² ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 50.

²³ Diogo de Mendonça Côrte-Real nasceu em Madrid (entre 1694 e 1703), era filho legitimado do secretário de Estado de D. João V de mesmo nome e da espanhola Maria de Briones y Velasco. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, exerceu diversos cargos políticos, sendo destinado aos Países Baixos onde permaneceu alguns anos. Foi nomeado secretário de Estado da Marinha e dos Negócios do Ultramar (1751-1756) por D. José I, que subiu ao trono por morte de seu pai, D. João V.

²⁴ LAMAS, Arthur - *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 9.

²⁵ Diogo de Mendonça Côrte-Real era padrinho de uma das filhas de Carlos Mardel (1695-1763), arquiteto que se destacou na reconstrução de Lisboa após 1755, conhecida como “época pombalina”.

²⁶ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 108.

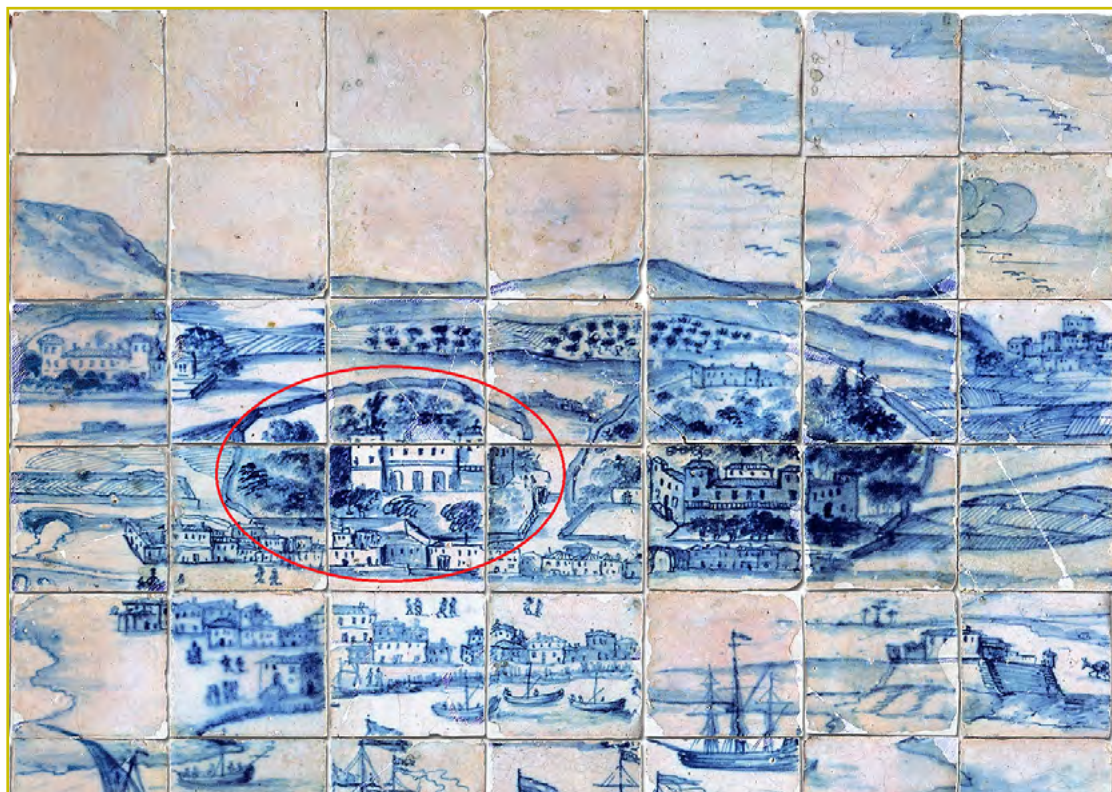


Figura 3 DEL BARCO, Gabriel – *Painel de azulejos Grande Vista de Lisboa - zona de Belém* (pormenor). [Lisboa: c. 1700]. Museu Nacional do Azulejo, inv. nº1 Az. Barro vidrado, majólica, A.111,5 x L.2047,5cm. Foto: Carlos Monteiro, 1994, Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF). Obra azulejar proveniente do antigo Palácio dos Condes de Tentúgal, Lisboa. Com a marcação da representação no painel do Palácio da Quinta das Águias na zona de Alcântara, Lisboa.

O terramoto e maremoto, seguidos de incêndio, que assolaram Lisboa em 1755, foram benévolos com a zona da Junqueira que alberga o palácio da Quinta das Águias. De facto, este local constituiu uma das áreas mais conservadas ao estrago e um refúgio para a população lisboeta. Numa conferência pouco depois da catástrofe, o padre João Baptista de Castro proferiu “que a deliciosa quinta, e palacio de Diogo de Mendonça tinha por orago Nossa Senhora da Anunciação e que ficou intacta depois do terramoto”²⁷.

O palácio esteve arrendado até 1758 e depois passou a ser habitado por D. João Pedro de Mendonça²⁸, não obstante a sua índole perdulária e as dívidas contraídas, quase levou o imóvel a ser penhorado. O inventário realizado

²⁷ Conf. Pe. João Baptista de Castro *apud* LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 47.

²⁸ João Pedro de Mendonça era meio-irmão e procurador de Diogo de Mendonça Côrte-Real. Foi viver para o palácio com a sua mulher e filha a convite do irmão devido à situação em que vivia na Lisboa pós-terramoto.

para o arrendamento, quando Diogo de Mendonça foi degredado²⁹, proporciona-nos uma percepção do palácio da Quinta das Águias como espaço arquitetónico, artístico, social, bem como nos revela o poder aquisitivo, o estilo de vida e o gosto setecentista do seu titular. Em palavras do historiador Arthur Lamas:

Na escada de pedra havia um candieiro, com tres vidros grandes, de folha de Flandres (...). As parêdes da sala estavam forradas de magníficas sedas e chitas da Índia e de Italia e algumas delas ornamentadas com muitas e delicadas peças de loiças boas da China, do Japão e da Saxonia. (...) Não faltavam lá cómodas, cadeiras, armários, bufetes e mesas de pau santo e de outras madeiras de fóra, e as talhas da China. (...) No quarto de dormir, que tinha janela para a varanda, havia um leito de pau de santo com embutidos de madeira de *Sebastião de Arruda* e de pitiá amarelo (...). No quarto de banho havia uma tina de chumbo revestida de madeira, pintada a fingir pedra, com duas torneiras (chaves), de bronze por onde corria agua para o banho. Por cima da tina estava embutido na parêde um prato de loiça, que tinha pintada, por um Rafael, uma batalha de Alexandre (...). Num gabinete do quarto alto achava-se assim instalada a livraria. (...) Na cosinha havia dois espetos para assar, uma mesa de quatro pés, de madeira do Brasil, e um armario da mesma madeira (...). A casa tinha dois fornos de cozer pão, e um quarto para se amassar onde estavam guardadas duas talhas grandes para azeite.³⁰

Por sua vez, o jardim de estilo francês dominava o espaço exterior e permitia o gozo do ambiente natural existente no palácio, “como se a casa se prolongasse para a natureza e a natureza participasse no espaço de habitação”³¹. Os canteiros de buxos que ornamentavam o jardim dividiam o espaço com “alguns vasos de chumbo e de pó de pedra, quatro talhas da China, azuis e brancas com bocais de chumbo, duas harpias de pedra³², e cinco vasos de loiça de Roão”³³, ademais de alegretes e conversadeiras de cantaria revestidas de azulejos do século XVIII e dum lago circular de pedra que motivavam a “função social do passeio”³⁴.

O palácio incorpora ainda, segundo esse inventário, uma capela, de estilo joanino, “fundada em 1748 por José Nogueira”³⁵ e uma sacristia, revestida de quadros, silhar de azulejos e painéis com diversos motivos religiosos,

²⁹ Diogo de Mendonça foi degredado em 1756 para Mazagão, costa marroquina. Acerca deste assunto, não existe informação esclarecedora relativamente ao motivo da punição ordenada pelo marquês de Pombal. No entanto, há algumas hipóteses formuladas: a sua suposta participação num atentado contra outro secretário de Estado, o seu apoio à nobreza contra a política pombalina ou um ato de traição ao Rei.

³⁰ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 21-25.

³¹ CORREIA, Ana Paula Rebelo – Memórias de casas senhoriais: patrimónios esquecidos. In CARITA; Hélder; MENDONÇA, Isabel; MALTA, Mariza, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 368.

³² As harpias de pedra foram transferidas no século XIX para os lados do portão sul dando nome à quinta.

³³ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 25.

³⁴ PIRES, Helena [et al.] - *Jardins-jardineiros-jardinagem* [Em linha]. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2014. p. 19. [Consult. 27.03.2016]. Disponível na Internet: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/150.

³⁵ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 58.

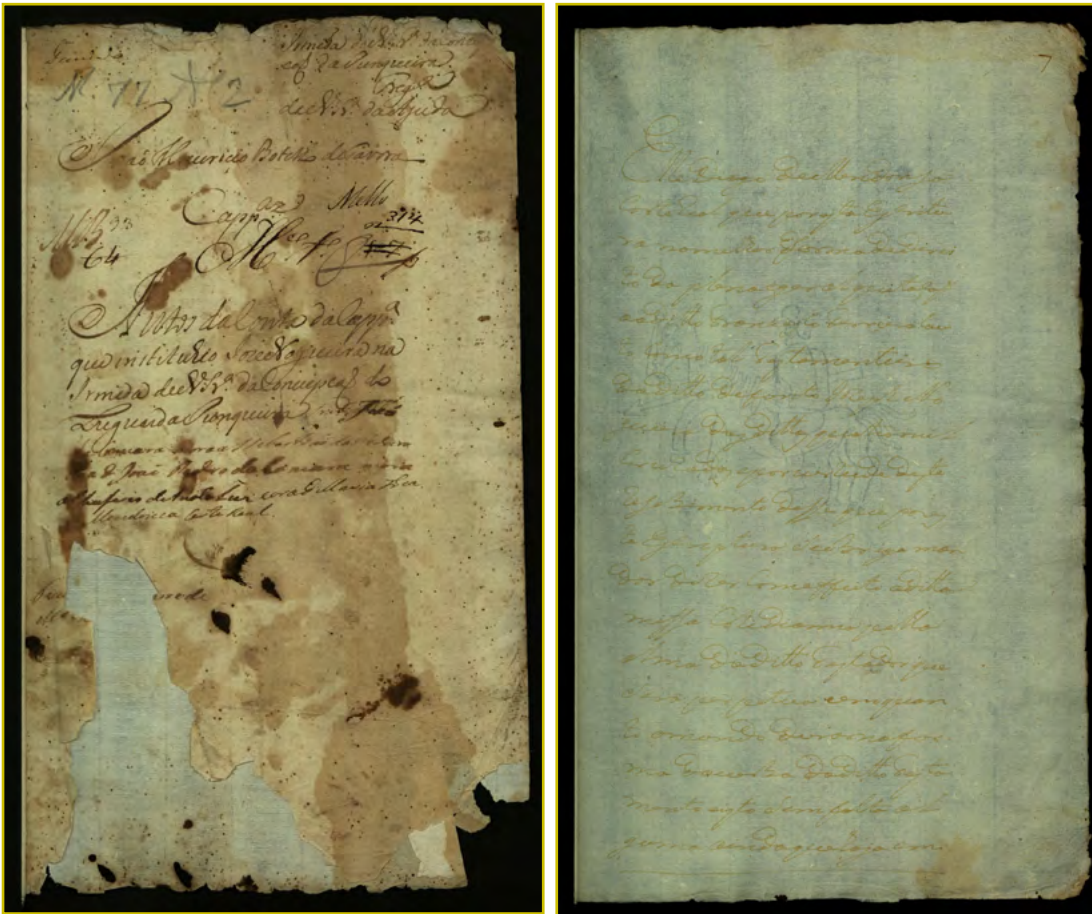


Figura 4 Detalhe dos “Autos de conta de capela de José Nogueira”. Folha inicial descritiva em que figura Diogo de Mendonça Côrte-Real como responsável do ónus perpétuo de missas quotidianas na capela da sua quinta na Junqueira (1748). ANTT, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f.1. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001. Imagem cedida pelo ANTT.

Figura 5 Detalhe dos “Autos de conta de capela de José Nogueira”. Documento notarial pelo qual se registam as despesas com a missa quotidiana e perpétua que se realizava na capela da ermida do palácio da Quinta das Águias pela alma de José Nogueira (1748). ANTT, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f.7. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001. Imagem cedida pelo ANTT.

que funcionou outrora como palco de culto diário³⁶ e interventora da relação social entre os seus frequentadores. No retábulo do altar-mor, destacava-se um Cristo esculpido em marfim e um famoso painel de grande valor disposto em moldura dourada que representava a *Anunciação*, de Pierre-Antoine Quillard³⁷.

³⁶ A capela no Palácio da Quinta das Águias foi instituída por José Nogueira, senhor de grande fé religiosa que faleceu no Brasil antes de 1748. Este realizou um testamento em que dispunha de 4000 cruzados para fundar uma capela em qualquer lugar do reino na qual ditassem missas diárias e perpétuas. Vide LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*, 1924, p. 47. Diogo de Mendonça Côrte-Real, padre de profissão, assumiu a constituição da capela na sua Quinta das Águias, bem como a obrigação de “[...] dizer comeffeito aditta missa cotidiana pella alma doditto testador que serõ perpetuas conquanto o mondo durar naforma (...)” (transcrição nossa). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Autos de conta de capela de José Nogueira, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f. 7.

³⁷ Pintor francês (c.1703-1733) radicado em Lisboa e predileto da corte de D. João V. Vide *Cultura: revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Vol. 21 (2005).

Diogo de Mendonça Côrte-Real faleceu em Peniche, sem poder pisar a sua quinta na Junqueira. O seu falecimento, em 1771, provocou o começo duma fase decadente para a “deliciosa mansão, talvez a mais opulenta de toda a Junqueira”³⁸, imersa numa disputa judicial testamentária entre os descendentes do titular e a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, eleita herdeira dos bens pelo ex-secretário, depois de que este anulasse o testamento a favor da sobrinha, punindo assim os pais desta por “lhe terem delapidado os bens”³⁹ estando em desterro. A ação judicial perdurou setenta e três anos, percorrendo os tribunais, suportando embargos e agravos até ao seu acórdão em 1837. A Mesa da Santa Casa da Misericórdia ganhou a dispendiosa e longa demanda, contudo, a casa encontrava-se em estado ruinoso, sendo posta à venda e apresentando um valor muito aquém da realidade imobiliária da época.

3.3. O bom gosto refletido no conjunto palaciano

O Palácio das Águias, conforme consta, foi nove vezes a hasta pública sem que houvesse interessados. Na última, em 1841, foi comprada por José Dias Leite Sampaio⁴⁰, “grande negociante que teve contratos de saboarias, tabacos”⁴¹, além de ser “dono de fábricas de óleo em Alcântara e da Quinta do vale de Nabais, em Almeirim”⁴².

As obras de reparação e alteração do palácio presume-se que foram da autoria do arquiteto Fortunato Lodi⁴³, amigo de Leite Sampaio. Ao arquiteto italiano foram-lhe atribuídos “alguns arranjos interiores, enfeites nos jardins”⁴⁴, a “cortina gradeada com o portão principal”⁴⁵ e os “pavilhões dos extremos que dão para a Rua da Junqueira”⁴⁶, trabalhos que realçaram o aspeto exterior da casa, confirmando assim a sua natureza aristocrática. Em 1875, o escritor Brito Aranha afirmava que:

Uma das quintas mais bellas que ali ha, é a que pertence aos antigos viscondes da Junqueira, e a que chamam, naturalmente, das *Águias* (...) Ao fundo do jardim ergue-se a elegante e espaçosa vivenda dos nobres descendentes das familias Sampaio e Monteiro.

³⁸ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 108.

³⁹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁴⁰ Fidalgo cavaleiro da casa real. Comendador das Ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição e de Carlos III, a quem lhe foi concedido o título barão da Junqueira, em 1834 e, posteriormente, o de visconde da Junqueira, em 1851. *Vide* BAENA, Sanches de – *Archivo heraldico-genealogico*. Lisboa: Typographia Universal de Thomas Quintino Antunes, 1872. vol. 1, p. 377.

⁴¹ *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936. vol. 14, p. 386.

⁴² SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁴³ Fortunato Lodi (1805-1883) foi o arquiteto responsável pelo Teatro Nacional de D. Maria II em Lisboa. Era cunhado do conde de Farrobo, um contratador de tabaco e sócio de Leite Sampaio.

⁴⁴ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924. p. 45.

⁴⁵ ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. p. 58.

⁴⁶ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 487 (a).

A beleza jardinal é imponente; a construção do palacio é peregrina. Os seus proprietários entrelaçaram o útil e o agradável, e d'esta união se desprende a multiplicidade de gozos que se desfructam na quinta das *Águias*. A arte tem ali cultores. No compartimento do jardim, na disposição da casa, na distribuição das estatuas, na plantação das arvores, ha gosto apurado e genio artistico.⁴⁷

O visconde da Junqueira usufruiu do Palácio da Quinta das Águias alguns anos até à sua morte em 1878, eternizando-o também como o “sumptuosissimo palacio, deliciosa quinta e bellissimo jardim dos srs. Viscondes da Junqueira, no sitio d’este nome, na margem direita do Tejo, freguesia de Belem. É das mais bellas vivendas da capital e de todo o reino”⁴⁸, legando a extensa propriedade à sua filha D. Emília Monteiro Sampaio, condessa da Junqueira.

No último quartel do século XIX, uma grande dívida deixada pelo ex-marido da condessa, obrigou-a a hipotecar o palácio da Quinta das Águias. A herdeira decidiu então sacrificar a poetizada vivenda na Junqueira, a qual apenas acudia eventualmente, em prol da sua “Quinta de Alorna”, onde realmente vivia. Contudo, diz-se que nos últimos anos de vida, a condessa terá aproveitado mais o seu palácio na Junqueira, com frequentes estadias. Logo após o seu falecimento, em 1913, os legatários dos seus bens, “constituíram a Sociedade Agrícola de Alorna”⁴⁹, a qual compreendia também o palácio da Quinta das Águias, “estando a mesma Sociedade em litígio com a pessoa que ocupa a propriedade, questão que se achou pendente dos Tribunais durante seis anos (...) dada sentença a seu favôr no Supremo Tribunal de Justiça”⁵⁰, mas o imóvel viria a ter ainda outros dois proprietários, trazendo de volta a sua configuração original, vinculado a famílias cuja importância social e cultural, acabaria por perpetuar a elegância da quinta de recreio mais apreciada da Junqueira.

3.4. Uma relação harmoniosa espaço-vivência

Por volta de 1918, o doutor Manuel Caroça, renomado dentista e empresário em Lisboa, adquire a Quinta da Alorna, em Almeirim, bem como outras propriedades. Entre as cláusulas que regiam esses contratos de compra, constava um anexo em Lisboa, de cuja existência só teve conhecimento algum tempo depois, causando-lhe uma grande surpresa. Esse anexo não era outro senão o palácio da Quinta das Águias, que se encontrava arrendado desde 1914, não obstante, envolto numa ação judicial para a sua desocupação a qual finalizou mais de uma década depois da sua aquisição.

⁴⁷ ARANHA, Pedro Venceslau de Brito – *Esboços e recordações*. Lisboa: Typographia Universal, 1875. p. 163.

⁴⁸ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873. p. 40.

⁴⁹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁵⁰ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Obra n.º 2506*, Processo n.º 3785/SEC/PG/1927, f. 1.

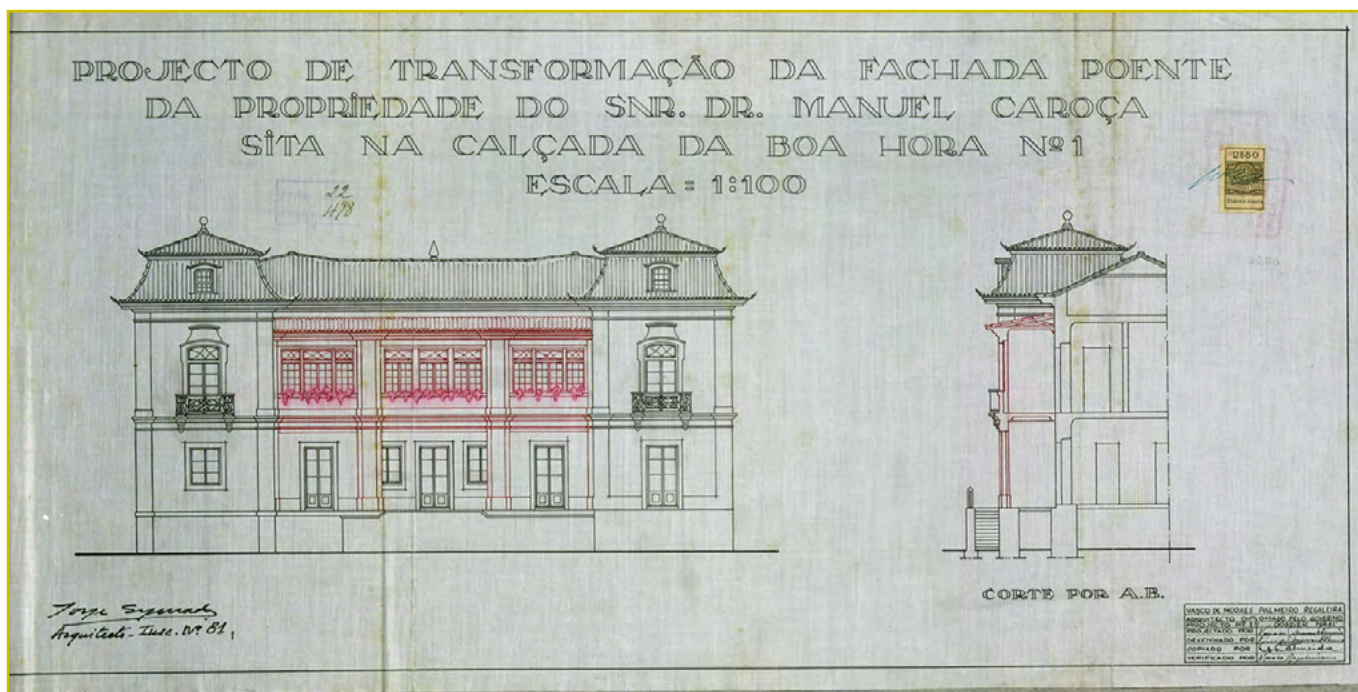


Figura 6 SEGURADO, Jorge; REGALEIRA, Vasco [et al.] - *Obra n.º 2506*, Processo n.º 498/SEC/PG/1934, f. 22. Projeto de transformação da fachada poente do Palácio Quinta das Águias enquanto propriedade do Dr. Manuel Caroça.

A casa passou novamente por alterações em 1934, na qual participaram os arquitetos Vasco Regaleira e Jorge Segurado, empreendendo “vastas obras de restauro, não só da casa, como do jardim e da quinta”⁵¹, tal como se sabe, a transformação da fachada poente, ademais da construção de uma varanda e de outros compartimentos internos como “duas casas de banho e um quarto de costura”⁵², buscando a harmonia do espaço.

Nessa mesma época, o palácio foi cedido pelo doutor Manuel Caroça ao seu genro, o professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, casado com a sua única filha, dona Fernanda Caroça. O casal foi viver para o palácio com seus três filhos rapazes constituindo assim o seu “microcosmos”⁵³ na Junqueira, acrescentando mais uma página na história dessa solene vivenda. No entanto, em 1945, a quinta foi dividida e construído um edifício anexo ao fundo, junto ao recinto onde se ergue a imponente cascata de azulejos policromados, o poço e o terraço, constituindo

⁵¹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 487 (a).

⁵² AML, *Obra n.º 2506*, Processo 498/SEC/PG/1934, f. 3.

⁵³ CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. – *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/_as_quintas_de_recreio_4605244.html

uma representação em menor proporção do palácio original, oferecido pelo doutor Lopo de Carvalho ao seu filho mais novo por ocasião do seu casamento, construção existente ainda hoje.

O professor doutor Fausto Lopo de Carvalho⁵⁴ era um homem de gosto requintado e profundamente ligado à cultura, tendo vários amigos pintores, escritores e intelectuais. O seu “escritório maravilhoso, muito bonito, muito grande e organizado”⁵⁵, localizado no “primeiro piso entre o *hall* do primeiro andar e o quarto dele”⁵⁶ ganhava destaque no edifício, repleto de livros e guarnecido com a escultura de busto do próprio doutor.

O palácio da Quinta das Águias, em si, agradava sobremaneira ao professor doutor Fausto Lopo de Carvalho. No entanto, conforme declara a família, havia algumas partes da casa que o seduziam e lhe produziam uma grande satisfação, podendo considerar-se os seus lugares prediletos: sentar-se na varanda da fachada sul, que dava para a rua da Junqueira, a primorosa capela joanina e os passeios pelo jardim apreciando a flora centenária



Figura 7 Sala de visitas do Palácio da Quinta das Águias. Detalhe do retrato a óleo do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho. Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

⁵⁴ O professor doutor Fausto Lopo de Carvalho (1890-1970) foi um afamado professor e médico pneumologista. Realizou diversos estudos na sua área desenvolvendo a angiopneumografia junto a outros ilustres médicos, como Egas Moniz. É lembrado por seus familiares como pessoa inteligente, extraordinariamente humana, com um grande sentido de humor e muito familiar. Acerca do trabalho do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, vide http://memoria.ul.pt/index.php/Carvalho,_Fausto_Lopo_Patr%C3%ADcio_de.

⁵⁵ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

⁵⁶ Idem.

e exótica, que envolvia e embelezava todo o conjunto. Por esse motivo, de vez em quando, procurava conciliar os espaços com remodelações e ampliações visando um maior equilíbrio, “melhor alojamento e comodidade dos habitantes do imóvel”⁵⁷, como consta na memória descritiva do projeto, autoria do engenheiro Antonio José d’Ávila Amaral, apresentado em 1947 à Câmara Municipal de Lisboa. Este projeto pretendeu a “comunicação de dois corpos existentes”⁵⁸, facilitando o acesso às dependências. Para isso, proceder-se-ia a algumas alterações que resultariam na fixação da entrada principal à vivenda que se daria apenas pelo portão número 5 da calçada da Boa Hora, numa melhor ligação da casa com os jardins do palácio, na transformação da então entrada em um vestíbulo conseguindo-se uma comunicação rápida com a construção do lado sul e, finalmente, na intenção de buscar a simetria da fachada sul. Para realizar essas benfeitorias e poder unir os espaços, era necessário, como se descreve no projeto em causa, nivelar pavimentos, abrir janelas e portas, deslocar divisões, derrubar e construir vãos, assim como alguns lanços de escadas e degraus para vencer desníveis.

O palácio e a quinta constituíam o grande cenário da vida familiar. De acordo com o testemunho da doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues⁵⁹, o espaço arquitetónico e a família organizavam-se harmonicamente de modo que:

No primeiro andar, havia um grande quarto que pertencia aos meus bisavós e que dava para um *hall* pequenino. Cada um dos três filhos tinha seu quarto com casa de banho. Depois, havia o sótão para os empregados. Ainda no primeiro andar, na parte detrás do escritório do meu bisavô, havia uma sala de visita e uma casa de jantar de visitas, que dava para a galeria da capela. Em baixo, encontrava-se a grande casa de jantar de todos os dias, a salinha da televisão e a casa de banho das visitas. A capela estava ao fundo onde se rezava todas as noites, havia também outra casa de banho, a cozinha, uma despensa e copa muito grandes, e, depois, o quarto de brinquedos. Era tudo em grande.

A entrada principal, muito grande, tinha um portão de ferro através do qual se podia aceder à escada principal, muito grande e de pedra. Esta escada dava acesso ao primeiro andar. Nele, havia a primeira porta pela qual se podia aceder ao coro da capela. A segunda porta dava acesso à sala de visitas, logo a terceira era o quarto de um dos filhos, o mais velho, e a quarta porta era o escritório do meu bisavô. Todas estas quatro portas davam para estas divisões que iam se comunicando com o resto para fazer um círculo à volta desta escada. Através desta escada, e depois passando pelas diferentes divisões, podia ter a todos os lados da casa.⁶⁰

⁵⁷ AML, *Obra n.º 2506*, Processo n.º 30038/DSC/PG/1947, f. 2.

⁵⁸ *Idem*, f. 3.

⁵⁹ A doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues é bisneta do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, moradora por quase uma década no palácio da Quinta das Águias, conhecedora e detentora das memórias do imóvel enquanto foram proprietários.

⁶⁰ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.



Figura 8 QUILLARD, Pierre-Antoine – *Anunciação*. Lisboa, s. XVIII. Retábulo do altar-mor, capela do Palácio da Quinta das Águias, Lisboa. Paineis em moldura dourada. Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

No palácio da Quinta das Águias, “todos os sítios tinham os seus encantos”⁶¹, seja uma história para contar seja uma vivência com tom nostálgico dos tempos de outrora, dos natais com a grande árvore junto à escada principal, das brincadeiras no sótão, das passagens secretas localizadas debaixo do palácio, da casa na árvore, das capoeiras vazias transformadas em casas de bonecas, dos passeios de bicicletas e pela horta e das “estórias” antigas contadas por dona Fernanda Caroça.

Os dois pavilhões com janelas instalados em cada esquina da Rua da Junqueira, que se mantinham erguidos no lugar até há umas décadas, serviam de miradouros para os seus moradores observarem o que sucedia na rua, além de ser palco para os divertimentos infanto-juvenis em certas comemorações, como os festejos carnavalescos que se celebravam no bairro. As experiências e a forma de se relacionar com o espaço, acabam por influenciar a vida dos habitantes, relativamente a essa experiência e relação, a doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues manifesta:

⁶¹ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

Eu cresci ali, portanto, tudo o que sou, se baseia muito nas vivências que eu fui tendo naquele sítio. É uma base do que vai passando, pois as nossas recordações são um bocadinho da nossa vida e também das nossas memórias. Representa muito. (...) São lembranças, independentemente de ser felizes ou infelizes, mas o que interessa, é que todo o cenário da minha vida era ali, no Palácio das Águias.⁶²

Através desse testemunho, é possível compreender o sentimento de identificação e de pertença existente entre os moradores e a casa. Esta é, no seu ser, um lugar de vida, onde acontecem factos, acompanhando, influenciando, e, ao mesmo tempo, motivando os seus habitantes a construir o seu próprio universo de vivências e memórias, conseguindo firmar um princípio para toda a vida.

Com o falecimento da matriarca, dona Fernanda Caroça, a 1 de agosto de 1987, os três filhos herdeiros decidiram desfazer-se do imóvel ante a impossibilidade de um sucessor assumir sozinho os elevados custos de manutenção que exigia todo o complexo do palácio da Quinta das Águias e, a partir de 1989, a casa ficou desabitada.



Figura 9 Vista da fachada sul com jardim de estilo renascentista, sendo propriedade do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho.

Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

⁶² RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

3.5. A situação atual e as propostas de recuperação

Em 1996, o palácio da Quinta das Águias foi classificado como imóvel de interesse público⁶³. Oito anos mais tarde, passou a ser património da Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias que o administra até hoje. No ano de 2007, foi apresentado um projeto⁶⁴ à Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um hotel de charme cinco estrelas com quarenta e duas unidades de alojamento. Esta transformação reabilitaria o palácio e os jardins, mantendo a traça original, e construir-se-iam novos edifícios, que estariam interligados, ampliando, dessa forma, o conjunto arquitetónico. Um projeto entusiasmante e de envergadura, que visa o renascimento do lugar e responde à demanda turística crescente em Lisboa, mas acha-se condicionado no âmbito do processo judicial instaurado contra o banco proprietário da Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias.

Recentemente, em 2014, um estudo realizado pela arquiteta Marta Alexandra Sereno Gonçalves propôs o desenvolvimento, na área do Rio Seco, de um “corredor verde”⁶⁵ como parque natural urbano no qual estaria integrado o palácio. Este estudo requalificaria o Vale do Rio Seco e recuperaria o imóvel transformando-o em um hotel composto por treze *Villas*, unindo “o secular e o contemporâneo”⁶⁶. Consistia, portanto, num modo de

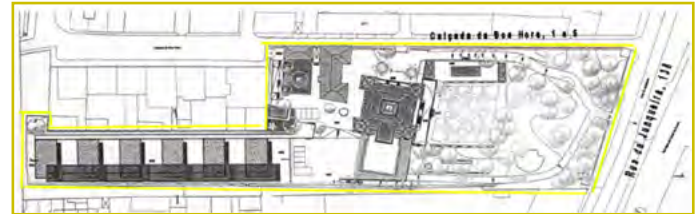


Figura 10 Capinha Lopes e Associados – *Planta do projeto para a reabilitação e jardins e construção de novos edifícios. Constituição do Palácio das Águias- Hotel 5 Estrelas.* Lisboa, 2007. Imagem cortesia da Sociedade Geral de Projetos Imobiliários e Serviços S.A.

Figura 11 Capinha Lopes e Associados – *Vista exterior 3D. Projeto para a reabilitação e jardins e construção de novos edifícios. Constituição do Palácio das Águias- Hotel 5 Estrelas.* Lisboa, 2007. Imagem cortesia da Sociedade Geral de Projetos Imobiliários e Serviços S.A.

⁶³ Classificação dada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico de Portugal.

⁶⁴ Projeto de Construção – Propriedade da Sociedade de Administração Imobiliária Quinta das Águias S.A. Câmara Municipal de Lisboa, *Processo n.º 4509/OTR/2008 e processo associado n.º 2128/EDI/2005*.

⁶⁵ GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*, 2014, p. 41. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

⁶⁶ Idem, p. 45.

salvaguardar, como a autora afirmou, “a memória urbana indispensável”⁶⁷ e dar a “conhecer um dos mais belos Palácios setecentistas de Lisboa”⁶⁸.

Atualmente, a propriedade continua desabitada, sendo comercializada por uma conhecida imobiliária internacional, contudo, encontra-se muito degradada⁶⁹ em todos os níveis e à espera de um futuro que reabilite e conserve o património histórico que representa para a cidade.

4. CONCLUSÃO

Este estudo tratou de resgatar as histórias e memórias do palácio da Quinta das Águias desde o seu nascimento como vivenda até aos nossos dias, mostrando a sua importância para a cidade e para a zona da Junqueira, cenário escolhido pela aristocracia de Lisboa para construir casas nobres fundadas no bom gosto, no conforto e na opulência de uma época.

Através de uma linha temporal e baseado em um contexto fundamentalmente histórico, pretendeu-se conhecer como era a vida dos titulares do palácio, a que se dedicavam, em que circunstâncias o adquiriram e deixaram de ser proprietários, procurando destacar o aspeto social do espaço e os traços mais significativos da vivenda ao longo dos anos.

Com o fim de explicar a situação do imóvel nos últimos vinte anos, este artigo também revelou alguns dos projetos e estudos realizados para a recuperação e transformação do palácio setecentista, tendo como objetivo, por um lado, dinamizar a sua funcionalidade; por outro lado, preservar o valor histórico, arquitetónico e cultural que representa para a cidade de Lisboa.

No sentido de manter as memórias, as histórias e o conjunto arquitetónico desses lugares vivos, a presente investigação divulga a existência de algumas campanhas para a salvaguarda patrimonial da cidade, como, a título de exemplo, o movimento cívico Fórum Cidadania Lisboa e os blogues Ruin’Arte e Lisboa SOS, que alertam para o mau estado de conservação em que se encontra tanto o Palácio das Águias na Junqueira como outros similares, esperando que os edifícios áureos de outrora nem desapareçam nem estejam sob a incerteza do futuro.

⁶⁷ GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*, 2014, p. I. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

⁶⁸ Idem, p. 43.

⁶⁹ Em 1999, foi elaborada uma carta de risco do palácio da Quinta das Águias pela DGEMN/DSID.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Obra n.º 2506.

PINTO, Júlio António Vieira da Silva – *[Planta topográfica de Lisboa]: 5C.* PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/009.

PORTUGAL, Eduardo – *Quinta das Águias – Palácio das Águias.* PT/AMLSB/POR/059645.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Autos de conta de capela de José Nogueira, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç. 170*, n.º 1, cx. 917, f.1-20. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001.

Arquivo de Documentação Fotográfica – DGPC

MONTEIRO, Carlos (fot.) - *Painel de azulejos Grande Vista de Lisboa - zona de Belém (pormenor).* Lisboa: [s.n.], 1994. Museu Nacional do Azulejo, inv. n.º 1 Az. Barro vidrado, majólica. Número IFN 02519.04.01 DIG.

Entrevistas

RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho.* Lisboa, 19 de janeiro 2016.

Bibliografia

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito – *Esboços e recordações.* Lisboa: Typographia Universal, 1875.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9.

BAENA, Sanches de – *Archivo heraldico-genealogico.* Lisboa: Typographia Universal de Thomas Quintino Antunes, 1872.

DECRETO n.º 2/96. *Diário da República.* I.ª série-B N.º 56 (96-03-06), p. 448-457.

FRANÇA, José Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo.* 3.ª ed. Lisboa: Bertrand, 1987.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopedia, 1936. vol. 14.

IRIA, Alberto – *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950.* Lisboa: [s.n.] 1958.

- LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873.
- MARTINS, Francisco José da Rocha – *Lisboa: história das suas glórias e catástrofes*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1947. vol. 1.
- MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999.
- PEREIRA, Paulo Jorge Garcia – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1995. vol. 2.
- PROENÇA, Raúl – *Guia de Portugal: generalidades Lisboa e arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.
- SAUSSURE, César de – *Voyage de Monsieur César de Saussure en Portugal: lettres de Lisbonne*. Milan: Typographie Nationale de V. Ramperti, 1909.

Publicações em série (revistas, jornais)

- Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias. Vol. 5 (1923).
- Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Vol. 21 (2005).
- ESTEBAN, José – Lisboa manuelina [Em Linha]. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XX N.º 82 (3.º trim. 1959), p. 5-16. [Consult. 23.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N82/N82_master/N82.pdf.
- HONRADO, Alexandre – As Flamengas: da Ordem das Clarissas [Em linha]. *Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências*. Britiande; Fortaleza: [s.n.]. Nova Série N.º 44 (fev.-mar. 2014). [Consult. 18.11.2015]. Disponível na Internet: http://novaserie.revista.triplov.com/numero_44/alexandre_honrado/index.html.
- PIRES, Amílcar de Gil e – O lugar da quinta de recreio na periferia de Lisboa. *Revista Tritão: Revista de História, Arte e Património de Sintra* [Em linha]. Sintra: Câmara Municipal. N.º 1 (dez. 2012). [Consult. 30.11.2015]. Disponível na Internet: http://revistatritao.cm-sintra.pt/images/revista1/amilcarpires/tritao_Amilcar-Pires.pdf.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 70 (abr. 1955), p. 55-67.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 106-119.

Teses, dissertações e outras provas académicas

FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*. Lisboa: [s.n.] 2014. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira – *O Vale de Alcântara como caso de estudo: evolução da morfologia urbana*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

SOUSA, Ana Cláudia Encarnação de – *As quintas de recreio do século XVI em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

Material não livro - Registo sonoro

CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. - *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/_as_quintas_de_recreio_4605244.html.

Documentos eletrónicos

CORREIA, Ana Paula Rebelo – Memórias de casas senhoriais: patrimónios esquecidos [Em linha]. In CARITA, Hélder; MENDONÇA, Isabel; MALTA, Mariz, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014 [Consult. 28.03.2016]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10362/15328>.

PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana Francisca de; BANDEIRA, Miguel Sopas, ed. – *Jardins: jardineiros: jardinagem* [Em linha]. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2014. [Consult. 27.03.2016]. Disponível na Internet: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/150.

VALE, Teresa; GOMES, Carlos – Palácio da Quinta das Águias, Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Professor Lopo de Carvalho, Quinta dos Corte-Real [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 25.10.2015]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072.